

MANIFESTO A FAVOR DAS AUTOGESTÕES COMO POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Entidades Sindicais e Associações representativas dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta, e das Operadoras de Autogestão, vem manifestar apoio Autogestões como modelo ideal para assistência desses trabalhadores.

As Operadoras de Planos de Saúde de Autogestão patrocinadas pelos órgãos do Governo Federal enfrentam uma **concorrência desleal, onde os interesses das Entidades com fins lucrativos vem se sobrepondo**, recebendo um pacote de benesses em detrimento às operadoras sem fins lucrativos, enquanto a saúde dos servidores amargam as duras penas impostas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que decreta regimes de direção fiscal e alienação de carteiras, desconsiderando a histórica assistência de 70 anos de serviços prestados com acolhimento e qualidade, tendo a pessoa humana como centro da atenção à saúde e cuidado.

A regulação instituída pela ANS **trata igualmente os desiguais**, de forma injusta e desproporcional, colocando em risco a sobrevivência das operadoras de autogestão, que mesmo antes da Agência existir ofereciam assistência diferenciada aos trabalhadores. Essas intervenções em nada contribuem para manutenção e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, pois expurgam aqueles com mais de 59 anos que não aceitos pelos planos mercantilistas.

O modelo de participação governamental no financiamento pela Tabela *per capita* do MPOG em 2009, congelada por três anos consecutivos, ajustada somente em janeiro de 2013, com grande defasagem econômico-financeira em razão dos altos custos da saúde, sem contar que a estrutura da mesma não segue a metodologia de cálculo dos parâmetros aplicados para definição das mensalidades dos planos de saúde, de acordo com as faixas etárias estabelecidas pela ANS, acaba por provocar distorções socioeconômicas, prejudicando sobremaneira os servidores, especialmente aqueles acima de 59 anos, que representa cerca de 25% nos planos de autogestões, enquanto o mercado absorve cerca de 9%.

As **OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE DE AUTOGESTÃO** precisam ser vistas e tratadas **como parte da política de gestão de recursos humanos**. O Governo precisa definir uma política que realmente venha a atender às necessidades impostas pelos problemas que se acumulam e que foram gerados a partir do estabelecimento de medidas restritivas e não inclusivas.

Discordamos veementemente das decisões que pesam sobre os ombros dos servidores, tendo que arcar com aproximadamente 70% do Plano de Saúde, enquanto o governo não cumpre seu papel de patrocinador.

As Entidades signatárias reafirmam seu compromisso com a saúde do trabalhador, pela valorização da assistência à saúde integral; e manifestam apoio à luta de todas as autogestões do país como um modelo sustentável, ético e humano e repudiam qualquer forma contrária e arbitrária que não mede as consequências de suas ações para com mais de 6 milhões de brasileiros.

Brasília - DF, 09 de Abril 2013.

CUT, CONDSEF, SINTFUB, ANFIP, FENADADOS, FENASPS, SINDSP-DF, SINDSEP-PE, SINDPREV-DF, ANAPEC, ANSEF, SINDSEC-MG, SINDSEC/MG, SINDSEG/MG e UNIDAS – Unidas Autogestão em Saúde.